



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



ID: 24718828

20-04-2009

Dias Loureiro cercado para deixar de ser conselheiro

Caso. A comissão de inquérito ao BPN vai agendar nas próximas semanas a segunda audição do ex-administrador da SLN. No PSD, António Capucho e Luís Filipe Menezes defendem a sua demissão do Conselho de Estado para proteger Cavaco Silva

PAULA SÁ

A comissão de Inquérito ao BPN está prestes a agendar a segunda audição do antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e actual conselheiro de Estado Manuel Dias Loureiro. Isto depois deste ter sido acusado pelo *Expresso* de ter mentido aos deputados na primeira vez que prestou declarações em São Bento sobre o caso. É neste contexto que ontem duas personalidades do PSD, António Capucho e Luís Filipe Menezes, defenderam a demissão de Loureiro do Conselho de Estado.

Em entrevista ao *Correio da Manhã*, António Capucho, que também é conselheiro de Estado eleito pela Assembleia da República, afirmou que "Dias Loureiro devia afastar-se porque está a embarçar o Presidente da República e as instituições democráticas".

O também presidente da Câmara Municipal de Cascais considerou o BPN "o caso mais escabroso depois do 25 de Abril" e alertou o seu partido para o facto de não poder deixar "que se diga que não se fala do caso Freeport

para que não se fale do caso BPN".

No mesmo dia, em entrevista ao DN e TSF, o ex-líder do PSD, Luís Filipe Menezes também considerou que Dias Loureiro já devia ter saído do Conselho de Estado.

O DN tentou ontem em vão contactar com Manuel Dias Loureiro.

A 27 Janeiro, o antigo ministro da Administração Interna de Cavaco Silva garantiu na Comissão de Inquérito ao caso BPN, não saber da existência da *Excellence Assets Fund*, que permitiu uma compra

ruinosa de duas empresas tecnológicas em Porto Rico, da qual resultou um prejuízo de 38 milhões de dólares. A 14 de Fevereiro, o *Expresso* revelou documentos que provavam que Dias Loureiro

tinha assinado dois contratos onde esse fundo é parte.

Dias Loureiro negou ter mentido aos deputados, por apenas se ter socorrido da sua memória e mostrou total "disponibilidade" para voltar a ser ouvido. A comissão, presidida pela socialista Maria do Rosário Belém aprovou nova audição, sem data marcada, o que deve acontecer nas duas próximas semanas. Tanto mais que os trabalhos da comissão deverão estar

Capucho diz que caso BPN é o mais "escabroso" após 1974



Dias Loureiro entrou no Conselho de Estado pela quota do PR

Dois momentos polémicos

Novembro 2008

Confronto com António Marta

● O ex-governador do Banco de Portugal diz que Loureiro não o alertou para a gestão do BPN como revelou publicamente.

Fevereiro 2009

Expresso revela documentos

● O semanário revela documentos que provaram que Dias Loureiro assinou contratos de um fundo que na AR disse desconhecer.

concluídos em meados de Maio.

Cavaco Silva, que recebeu Dias Loureiro em final de Novembro do ano passado, garantiu publicamente não ter razões para duvidar da palavra do conselheiro de Estado que ele próprio nomeou. Mas admitiu também não ter poderes para demitir um membro do seu órgão de aconselhamento.

Ainda no final do ano passado, Nuno Morais Sarmiento também defendeu a demissão de Dias Loureiro e Pedro Passos Coelho admitiu ser um "incómodo" para Belém. Entre os socialistas, Jorge Sampaio e Almeida Santos também se manifestaram favoráveis à saída de Loureiro daquele órgão. ■



Cem por Cento Nicolau Santos

nsantos@expresso.pt

TODOS SABIAM MAS CALARAM

O deputado do CDS, Nuno Melo, tem todas as razões para se orgulhar do trabalho que tem desenvolvido na comissão parlamentar de inquérito ao BPN — embora o seu partido vise o Banco de Portugal e não quem, como e quando foram cometidas as malfetorias. Falhas de supervisão à parte, o que tem emergido é que, afinal, quase todos os responsáveis do BPN, desde administradores a directores, sabiam do que se passava com a gestão pouco ortodoxa do banco e inclusive que foram destruídos documentos ligando-o ao Banco Insular antes de ser alvo da 'Operação Furacão'. Ora é extraordinário que todos soubessem, mas não tivesse havido uma alma que denunciasse os factos junto do Banco de Portugal, como por lei estão obrigados! Esperemos que estas cândidas confissões não aliviem estas almas de, elas próprias, serem sancionadas pelo seu comportamento irresponsável. Para que sirva de exemplo e para que a culpa não morra toda com Oliveira Costa.



INVESTIGAÇÃO

Negócios dos CTT levam a busca no BPN

Suspeita de negócios feitos no tempo de Horta Costa na origem das buscas. BPN efectuou contrato com os CTT que levantou dúvidas

As buscas feitas esta semana pela Polícia Judiciária (PJ) na sede do Banco Português de Negócios (BPN), em Lisboa, não estão relacionadas com operações efectuadas pelo banco, mas com a venda de um edifício dos CTT em Coimbra, em Março de 2003, onde alegadamente terão sido pagas 'luvas' que passaram pelo banco fundado por José Oliveira Costa.

Simultaneamente, foram realizadas buscas, em Coimbra, à casa e gabinete de Marcelo Nuno, vereador com o pelouro das Finanças da Câmara de Coimbra. Marcelo Nuno era na altura em que foi efectuado o negócio presidente da concelhia de Coimbra do PSD. Mais tarde foi consultor da TramCrone, empresa ligada à Demagre (detida por dois *offshores*) e responsável pela compra do edifício aos CTT por €14,8 milhões e revendido no mesmo dia à ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário por €20 milhões, ou seja, com uma mais-valia de €5,2 milhões. Terá sido parte desta mais-valia que, segundo o "Jornal de Notícias", serviu para pagar comissões a empresários e políticos que terão garantido à ESAF contratos de arrendamento com entidades públicas.

A administração dos CTT era em 2003 liderada por Carlos Horta e Costa e a venda do edifício dos Correios foi apenas um dos vários negócios realizados por aquela administração que levantaram suspeitas e foram alvo de um inquérito do Ministério das Obras Públicas (MOP) e de uma investigação do Ministério Público. Investigação iniciada em 2006 e que conta actualmente com cerca de 30 arguidos, entre eles advogados, políticos e empresários.

Além do edifício de Coimbra foi vendido no mesmo ano, em Dezembro, um imóvel dos CTT na Avenida da República, em Lisboa, à TCN/Demagre por €12,5 milhões. Mas o negócio acabou por se complicar por falta de provisão do cheque passado pela empresa. Não obstante o incumprimento, a administra-

ção dos CTT continuou a fazer acordos com a Demagre e a prometer-lhe entregar parte do excedente se esta encontrasse um comprador que pagasse acima dos €12,5 milhões.

Outro negócio suspeito

A venda da frota automóvel dos CTT à SLN/BPN e a contratação da Rentilusa, empresa de aluguer operacional de viaturas do grupo de Oliveira Costa — preso preventivamente no âmbito da investigação do caso BPN —, foi um dos negócios mais polémicos da administração de Horta e Costa, alvo da investigação do MOP. A contratação em 2005 da Rentilusa foi, segundo o relatório do Ministério, "feita ao arrepio das conclusões dos vários estudos realizados pelos serviços internos dos CTT, que apontavam para a não adjudicação do contrato à SLN/BPN por ser prejudicial aos interesses da empresa", ficando inclusivamente mais dispendiosa.

São apontadas várias anomalias. O relatório mostra que a decisão tomada pelo conselho de administração — um negócio de €20 milhões, conduzido pelo administrador dos CTT, Manuel Baptista — foi feita com base no aconselhamento de uma empresa de consultoria, a **Autoaliança**, que se limitou a comparar as propostas na vertente exclusivamente financeira. Mais, a Autoaliança, contratada directamente por Manuel Baptista, não tinha competência em matéria de gestão de frotas e fora registada dois dias depois dos CTT terem decidido consultar o mercado para contratar uma empresa.

Um dos dois consultores da Autoaliança, Paulo Silveira, era então trabalhador da Banif Rent, uma das locadoras que entregou proposta. E terá, de acordo com o relatório, "trabalhado" a proposta da SLN/BPN, cuja última versão informática foi estranhamente gravada um dia depois de ter entrado nos CTT.

A Rentilusa ainda presta serviços aos CTT, mas o contrato está a chegar ao fim. Foi feito um novo concurso público e a empresa do grupo SLN/BPN não apresentou qualquer proposta.

ANABELA C. CAMPOS
com ISABEL VICENTE

acampos@expresso.imprensa.pt



Capucho defende demissão de Dias Loureiro

O presidente da Câmara Municipal de Cascais, António Capucho, defendeu ontem a demissão de Manuel Dias Loureiro do Conselho de Estado, onde tem assento por convite do Presidente da República. Em declarações ao RCP, António Capucho foi contundente para o seu companheiro de partido: "Em homenagem ao senhor Presidente da República ele deveria sair e afastar-se explicando que o faria não por estar a reconhecer qualquer culpa".

Capucho, que também é conselheiro de Estado, disse que a manutenção de Dias Loureiro no órgão de consulta de Cavaco



Silva constitui "um embaraço para o senhor Presidente da República e é também um embaraço para as instituições políticas", porque o caso BPN é a coisa mais "escabrosa" desde o 25 de Abril. ■



DE EDMUND BURKE AOS CTT... E ETC.



Ruben de Carvalho

rubencarvalho@mail.telepac.pt

Parecerá um tanto estranho que, a uma semana de celebrarmos trinta e cinco anos do 25 de Abril, venha citar Edmund Burke, mas a verdade também é que não consegui reencontrar a sua frase que agora frequentemente recorro. Escreveu algures o radical crítico da Revolução Francesa uma daquelas curtas sínteses que passam à História, sublinhando que a liberdade não consegue sobreviver muito tempo no meio da corrupção. Compreender-se-á porque vêm à memória tais palavras.

Na Assembleia da República, Ricardo Pinheiro, alto funcionário do BPN, revelou que, dois dias antes das diligências da 'Operação Furacão' naquele banco, os responsáveis ordenaram o envio para Cabo Verde, para o tal Banco Insular, de toda a sua documentação relativa a *offshores* e outras escusas operações. Dois contentores de dossiês cujo apressado enchimento envolveu mais de duas dezenas de funcionários.

Recorde-se que a 'Operação Furacão' foi desencadeada em Março de 2004 a partir de informações das autoridades britânicas sobre a existência em Inglaterra de várias "empresas de vão de escada" cuja única actividade era a emissão de falsas facturas para empresas portuguesas e subsequente recebimento e encaminhamento de vultuosas quantias assim desviadas em Portugal ao fisco. Após primeiro aprofundamento, a investigação transitou para o DCIAP em Ja-

neiro de 2005 e apenas entre 17 e 24 de Outubro se realizaram as buscas iniciais (noventa e duas), entre as quais, no dia 20, a primeira no BPN.

Sendo evidente que a administração de Oliveira Costa teve conhecimento antecipado, não será assim fatal que o aviso signifique uma fuga de informação: as primeiras diligências noutras empresas podem ter feito soar o sinal de alarme. Mas o que já não deixa de ser estranho é que, considerando o gigantismo da 'Operação Furacão' (terabytes de material informático, dezenas de milhar de documentos apreendidos) e mesmo tomando em conta a sua complexidade, tendo as investigações durado mais de dois anos (novas diligências foram realizadas entre Dezembro de 2007 e Junho de 2008), tenha sido precisa a crise actual para que a real situação do BPN aparecesse. Da 'Furacão' não resultaram elementos que, pelo menos, indicias-

sem a vastidão da fraude?

Claro que perguntas deste género se podem repetir quase quotidianamente. Aparentemente, a administração de então dos CTT também não se apercebeu de que, numa bela manhã de 2003, vendeu a um *offshore* um seu prédio em Coimbra que, pela tarde, era vendido por mais cinco milhões! Tal como, de resto, o Banco Espírito Santos também não se apercebeu, à tarde, que estava a dar 20 milhões de euros por uma coisa que tinha sido transaccionada, de manhã, por quinze...

Anda toda a gente à procura dos cinco milhões deste extraordinário lucro, parecendo que de um milhão já se encontrou o rasto: um papelinho apreendido em casa do ex-vereador socialista do município coimbrão reza "Amigos dos CTT — sem recibo — um milhão de euros".

Como é que uma pessoa não se há de lembrar do aviso da reflexão de Edmund Burke?



Editorial

Editorial Obama optou por um estilo totalmente oposto ao do seu antecessor e inédito nos EUA: em vez do punho, estende a mão. Até agora, os resultados foram ótimos

Propostas em vez de ameaças

O Presidente dos EUA, numa só semana, fez propostas construtivas ao Irão e a Cuba, talvez os dois mais antigos inimigos dos norte-americanos. A estratégia resulta de uma das mais velhas questões na diplomacia: como tratar os que nos tratam mal? Estendendo o punho ou a mão?

Obama estendeu a mão e as respostas, tanto de Ahmadinejad, como de Raúl Castro, foram no sentido dialogante. Poder-se-ia dizer que o primeiro *round* está ganho por Obama, embora permaneça a questão da Coreia do Norte, para cuja liderança parece não haver espírito construtivo e dialogante que chegue no mundo, e a da pirataria na Somália, que está fora de controlo.

Porém, como se costuma dizer, o diabo está nos pormenores e as acções vêem-se pelos resultados. Há, pois, que esperar e ver como evoluirão os regimes de Teerão e de Cuba, sabendo que ambos precisam de inimigos externos para explicar os fracassos internos.

Uma coisa, porém, já ninguém pode negar aos EUA: a disposição inicial dialogante. Se mais tarde a Casa Branca for obrigada a medidas mais drásticas, ninguém a poderá acusar de não ter tentado.

Mas outra coisa mais funda significa esta nova diplomacia americana: os Estados Unidos da América compreenderam bem que acabou o mundo unipolar por eles dirigido. E é bom que não tenham complexos em retirar as lições da História. Não há pior vida do que a dos nobres arruinados que fingem os tempos idos. O mundo mudou e os EUA são um parceiro importante e decisivo nesse mundo; um parceiro e não os líderes de um bloco ou os polícias do globo. Eis uma realidade nova que necessita de uma Europa diferente. E eis mais um aspecto em que os europeus precisam urgentemente de iniciativa.

Sigilo bancário

Acabou o sigilo bancário, mas é necessário ter muita atenção à sua regulação.

O sigilo dos rendimentos estava já, em boa parte, quebrado através das declarações de IRS. No fundo, trata-se de alargar o conhecimento um pouco mais, para os rendimentos de bolsa e de juros de capitais.

O que é necessário preservar é o sigilo das despesas. Os bancos deverão ser obrigados a fornecer as fotografias dos instantes, mas nunca o filme dos movimentos.

Sem jornais

Soube-se no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito ao 'caso BPN' que os altos quadros do banco souberam com antecipação que iriam ser investigados no âmbito da 'Operação Furacão'.

Eis uma violação do segredo de Justiça sem nenhum jornal ou jornalista envolvido. E à vista ficam as consequências de como tudo é bem pior quando não há jornais a denunciar.

Ainda que com exageros e injustiças, os *media* são indispensáveis para a transparência. Como bem nota na pág. 23 o prof. Jónatas Machado.